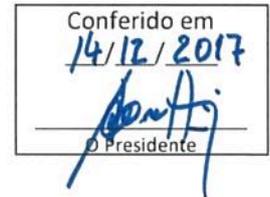


Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 15-2017



Reunião da Assembleia Geral



Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Vice-presidente, o Sr. Carlos Teixeira e o Secretário, o Sr. Mariano Canales, este último designado pela Assembleia Geral de irmãos, em substituição do irmão Rui Dias por impossibilidade de presença.

Antes do início dos trabalhos usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, para cumprimentar todos os irmãos presentes e referir o "enorme orgulho que tem em ser Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tal o prestígio da Instituição", dando como exemplo a recente entrevista realizada pela revista Visão a alguns técnicos da Misericórdia que têm apoiado as populações afetadas pelos incêndios e que devastaram recentemente a região".

Aproveitou a ocasião para transmitir o seu reconhecimento ao Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, pela forma como tem liderado a Santa Casa, criando uma equipa de profissionais nas mais diversas áreas e setores que encham de orgulho a Misericórdia. Afirmando ainda, que "pode contar com a sua pessoa naquilo que entender por conveniente nos desígnios desta prestimosa Misericórdia."

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pediu a palavra o respetivo Provedor, Prof. José Dias Coimbra, para "agradecer as palavras proferidas", salientando que "para si é natural o reconhecimento de diversas entidades fora do próprio concelho, não só pelo trabalho dos profissionais, mas particularmente pelo trabalho dos dirigentes da Misericórdia, pelo que estes têm acompanhado o Provedor nesta jornada e colaborado no engrandecimento da Instituição, que acaba por ser o engrandecimento das comunidades que servimos."

Após estas intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, propôs um minuto de silêncio em homenagem às vítimas dos incêndios, tendo os irmãos presentes aprovado e executado, por unanimidade, a proposta.

Terminado o minuto de silêncio o Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à apresentação da ordem de trabalhos e que a seguir se transcreve:

1. Votação da ata da reunião anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades/Ação e Orçamento para o exercício de 2018, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;
3. Deliberação sobre proposta de alienação dos prédios sitos:
 - a. Travessa de S. Jerónimo, nº 13, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1676, e na Conservatória do Registo Predial de Lisboa

sob o nº1533/20080523, que não se encontra em propriedade horizontal, composto por seis apartamentos divididos por três andares, de utilização independente;

- b. Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, descrito na matriz predial urbana som o artigo nº 624, e na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº1401/19940330, composto por casa de habitação com dois andares, dependência e logradouro;
4. Deliberação sobre proposta de compra, alienação, ou permuta, do artigo matricial urbano n.º 7221, sito na Rua Octaviano Augusto, n.º 3, da União de Freguesias de Carcavelos e Parede, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o registo n.º 3461/20061221;
5. Deliberação sobre proposta de adesão ao Grupo Financeiro para a Economia Social;
6. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, depois de apresentada ordem de trabalhos fez votos para o bom andamento e decisão dos assuntos constantes da convocatória, tendo-se dado início à discussão da ordem de trabalhos e consequentes deliberações.

1. Votação da ata da Reunião anterior;

No primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, referiu que, "a documentação referente aos vários pontos foi disponibilizada para consulta, quer no site da Misericórdia, quer no dossier desta reunião, desde a data da publicação da convocatória, neste caso desde o 15 de Novembro, inclusive".

Por outro lado, a documentação foi também previamente e atempadamente distribuída aos irmãos, antes do início dos trabalhos, constando nessa documentação a ata da última Assembleia Geral realizada a dezassete de Março do corrente ano".

Após esta explanação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntou se existia alguma proposta de alteração à ata, na medida em que foram asseguradas todas as condições para a leitura prévia e atempada dos documentos em causa.

Não se tendo registado qualquer pedido de intervenção ou correção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, propôs a respetiva votação do documento, tendo a ata sido aprovada, com apenas uma abstenção do irmão Luís Gomes que justificou o seu voto por motivo de ausência na reunião em causa.

2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades/Ação e Orçamento para o exercício de 2018, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Provedor da Instituição, para que desse início à apresentação do mesmo.

No uso da palavra o provedor, Prof. José Dias Coimbra, salientou que "sendo um plano ambicioso, o mesmo não deixa de ser prudente, na medida em que o investimento preconizado para 2018 encontra-se dependente da realização de capitais próprios, através de operações já aprovadas pela

Assembleia Geral em momentos anteriores, designadamente a venda da chamada Quinta dos Bons Dias.”

Continuou referindo que, “interessados não têm faltado, no entanto a Misericórdia não vende de qualquer maneira, esperando que o valor por meio do qual essa operação venha a ser concretizada corresponda às expectativas. Este é o motivo porque se mantiveram nos investimentos algumas das ações previstas para 2017 e que não vieram a ser concretizadas, como é o caso da recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas”.

Uma palavra ainda para a questão do Cineteatro Alves Coelho que neste momento aguarda resposta ao pedido de agendamento de uma audiência com o novo Presidente da Autarquia, Dr. Luís Paulo Costa, salientando-se a existência de um instrumento Financeiro intitulado IFRRU 2020 que poderá ajudar a uma solução para este imóvel.

No entanto, o Provedor referiu que, “o estado em que o edifício foi devolvido à instituição, depois do resultado favorável à Misericórdia, no âmbito de processo judicial e da qual resultou que o único responsável pelo incumprimento do contrato existente foi a Câmara Municipal, terá que ser sempre ponderado, face aos avultados prejuízos resultantes da ausência de qualquer manutenção entre 2008 (inclusive) e 2016 (inclusive) por parte do Município de Arganil.”

De seguida pediu ao Diretor Geral e irmão, Dr. Nuno Gomes, para que procedesse à apresentação exaustiva e pormenorizada do plano de Atividades e orçamento para 2018.

Por sua vez o Diretor Geral, realçou que o documento que iria ser apresentado foi previamente e atempadamente disponibilizado aos irmãos, pelo que todos tiveram a oportunidade de o analisar com tempo para esta Assembleia Geral.

No entanto, “a perspetiva para 2018 era a de existência de um conjunto de desafios para a Instituição, tanto mais que a região foi afetada por graves incêndios o que implicará um esforço da Misericórdia no apoio às comunidades que serve”.

Nesse sentido, a Instituição tem deitado mão a projetos inovadores, como o caso da **Rede Local de Intervenção Social – RLIS**, mas de igual modo tem implementado novas dinâmicas internas tendo como objetivo o desenvolvimento de novas formas de prestação de serviços nos seus mais diversos equipamentos sociais.

Contudo, hoje a desertificação territorial, a par do crescente isolamento das populações, também elas cada vez mais envelhecidas, tem trazido problemas sociais acrescidos.

A deslocalização laboral de parte significativa da população ativa do concelho e a reduzida oferta de oportunidades aos jovens, tem conduzido a movimentos migratórios diários que esvaziam as localidades, **deixando ainda mais isolados os cidadãos de maior idade e as cada vez menos crianças que aí se mantêm.**

Se juntarmos a tudo isto o crescente esforço financeiro exigido à Instituição, quer ao nível dos seus recursos humanos, quer ao nível da operacionalidade das suas valências, verificamos que os desafios que se colocam à Misericórdia são cada vez maiores.

Neste particular, não podemos deixar de elencar o **esforço exetável de atualização do salário mínimo nacional para 2018**, que terá impacto na Instituição, tanto mais que esta emprega um número significativo de colaboradores, face à natureza dos seus serviços.

Neste contexto, a procura permanente de fontes de financiamento capazes de estimularem a

sustentabilidade da Misericórdia, não deverá descurar a eventual **adesão ao Grupo Financeiro da Economia Social**, projeto inovador e que conta com a participação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a União das Misericórdias Portuguesas e diversas Santas Casas e Associações Mutualistas.

Por outro lado, ao nível dos rendimentos **não se perspetivam grandes oscilações às comparticipações do Setor Estado**, isto no âmbito dos Acordos de Cooperação, quer no campo da designada Segurança Social, quer no campo da Saúde, o que, por sua vez, cria sempre uma preocupação acrescida ao nível das receitas.

De realçar que, para 2018, a Instituição preconiza a **revisão dos acordos de cooperação, designadamente no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**.

Ainda no campo da saúde, a Instituição aguarda com alguma expectativa a possibilidade de dinamização de **respostas no âmbito da saúde mental**, assim como a criação de **gabinetes de saúde curativos** no território de Arganil.

Já no campo da designada Segurança Social, a Instituição mantém a intenção de reforço da cooperação com o Centro Distrital da Segurança social de Coimbra – ISS,IP, no âmbito do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), **através da revisão do respetivo acordo**, nomeadamente ao nível da comparticipação do Setor Estado, visto que esta resposta tem ao longo dos últimos anos dado um salto qualitativo na prestação de cuidados (cuidados de saúde, teleassistência, etc).

No entanto, a comparticipação dos utentes pelo usufruto das respostas sociais da Misericórdia encontra-se condicionada aos respetivos rendimentos, **não sendo expetável um crescimento desmesurado dos mesmos**.

Para fazer face a tudo isto, a **Misericórdia conta com o seu património**, o qual se tem revelado uma reserva estratégica ao nível do seu financiamento, gerando receitas a partir do respetivo arrendamento, ou, quando necessário, injetando recursos económicos na tesouraria da Instituição.

Por isso, o aumento do seu ativo, tendo por base o património, tem sido uma aposta segura e reconfortante, sendo expetável para o ano que se aproxima a concretização de operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, mas que ainda não se efetivaram.

Só essas operações permitirão gerar receitas extraordinárias capazes de potencializar a **recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas**, através da alienação da designada “Quinta dos Bons Dias”, associada à comparticipação contratualizada, desde 2010, com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Na agenda da Instituição continuará ainda presente, a **preocupação com a questão do Cineteatro Alves Coelho**, a qual deverá ter desenvolvimentos, nomeadamente no campo da assunção de responsabilidades, designadamente por parte da Câmara Municipal, face ao estado em que o mesmo foi devolvido ao seu legítimo proprietário, neste caso a Santa Casa.

Outro aspeto a ter em conta para o ano vindouro relaciona-se com o esforço que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do ano de 2017, tendo em vista a **remodelação do andar afetado pelo incêndio** ocorrido em Junho de 2016.

A (re)entrada em funcionamento desse, possibilitará a estabilização das receitas provenientes da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Simultaneamente, a Misericórdia **continuará a reorganizar os seus serviços**, quer ao nível de horários de trabalho, mas de igual modo da sua estrutura organizativa, por forma a acomodar eventuais

acréscimos de custos decorrentes da sua operacionalidade, nomeadamente tendo em conta a eventual atualização do seu modelo de Contratação Coletiva.

Por outro lado, a Instituição procederá à **dinamização da candidatura aprovada em 2017 no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, o qual visa assegurar à população mais vulnerável apoio alimentar, reduzindo desse modo a dependência das Cantinas Sociais.

A este propósito é de destacar que **a Misericórdia congrega e coordena 3 concelhos**, neste caso são eles: Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova, estimando-se o apoio a 191 beneficiários.

A par disso, a Misericórdia manterá a sua postura de reforço das parcerias, quer com o Setor Estado e quer com entidades privadas do Setor Social, com destaque para organismos como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Agrupamento de Escolas de Arganil, o Conselho Local de Ação Social (CLAS), assim como com os Secretariados Nacional e Regional da União das Misericórdias Portuguesas, **mantendo neste último a assessoria técnica**.

No campo das parcerias não podemos ainda, deixar de dar nota da **disponibilização da sala de Snoezelen Dr. Armando Dinis Cosme**, a par de técnicos da Misericórdia, nomeadamente na colaboração com o Agrupamento de Escolas, com particular incidência junto de crianças com necessidades educativas especiais.

Uma última palavra para a questão da **Feira do Mont'Alto, património inalienável desta Instituição**, o que implicará uma atenção da Misericórdia a esta temática.

Para levar a efeito o plano de ação a Instituição identificou um conjunto de objetivos e metas que a seguir se dão como transcritos.

OBJECTIVOS

Para o ano de 2018 a Misericórdia estabeleceu um conjunto de objetivos, com o único propósito de possibilitarem uma melhor adequação dos recursos existente, tendo em vista levar a bom porto o papel desta Instituição. Neste caso servir a comunidade.

No entanto, o estabelecimento desses objetivos teve em linha de conta as experiências recolhidas ao longo dos últimos anos, e que se traduz no lema: **Servir a Comunidade, de forma sustentável e eficiente, com respeito pelos valores do humanismo Cristão e as 14 obras de Misericórdia**.

Por outro lado, a definição dos objetivos que mais abaixo serão apresentados, traduzem metas que se prolongam, na maioria dos casos, no tempo, não podendo ser esgotadas apenas num curto período temporal.

De igual modo, a definição dos objetivos teve em devida consideração aspetos como a flexibilidade e a sustentabilidade, pois estão dependentes de fatores como, por exemplo, os recursos disponíveis.

Assim, os objetivos traçados para 2018 são os seguintes:

- **Reforçar as parcerias com o Setor Estado** - implementando o novo Programa do POAMC / FEAC, para além de manter a continuidade da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), sem esquecer o processo de revisão de Acordos de Cooperação, designadamente para a resposta de Cuidados Continuados e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Ainda neste objetivo, pretende-se a concretização dos eventuais gabinetes de saúde curativa no território de Arganil.

- **Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social** - colocando em funcionamento o bloco afetado pelo incêndio de 2016, neste caso com especial incidência na Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), a par da Escola Adães Bermudes (Academia Condessa das Canas);
- **Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto** - através da manutenção, limpeza e embelezamento da mesma, sem esquecer o acolhimento de várias iniciativas promovidas pela Misericórdia ou por outras entidades parceiras;
- **Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores** - através da rentabilização de todos os seus recursos humanos a Instituição irá dar continuidade ao processo de formação interna, para além do recurso à União das Misericórdias Portuguesas para assegurar a componente externa, sem esquecer outras soluções que possam vir a ser desenvolvidas com outras entidades;
- **Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas** - a concretização da alienação de património, devidamente aprovado pela Assembleia Geral, será crucial para a concretização deste investimento fundamental para ampliação da capacidade de intervenção da Misericórdia no âmbito dos Cuidados Continuados e o esforço de criação de postos de trabalho, contribuindo para uma nova centralidade de Arganil;
- **Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho** - Não só através da dinamização do grupo de trabalho constituído para esse efeito, mas de igual modo a responsabilização/parceria de outras entidades envolvidas neste longo processo;
- **Manter a oferta de uma agenda cultural e artística** - a partir da atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho, integrado na dinâmica da Academia Condessa das Canas, sem esquecer outras iniciativas que a Misericórdia promoverá ao longo do próximo ano;
- **Promover a Sustentabilidade da Misericórdia** - por meio de uma adequada gestão dos recursos existentes, quer sejam eles humanos, quer sejam materiais, reorganizando os seus serviços, de modo a assegurar que o funcionamento da Instituição não é colocado em causa e por isso a sua missão é cumprida, bem como a eventual adesão ao Grupo Financeiro para a Economia Social;
- **Valorização do Património** - atualizando as respetivas avaliações, aceitando eventuais doações, adquirindo outros bens imóveis que possam traduzir retorno do investimento, ou mesmo a alienação do património cuja continuidade na Instituição não se traduz em qualquer mais-valia.

Quanto às principais linhas de atuação identificadas elas foram as seguintes.

LINHAS DE ATUAÇÃO

Apresentados que estão os objetivos para o ano vindouro, importa agora conhecer as linhas de atuação por meio das quais se procurará concretizar as metas elencadas.

Importa contudo, realçar que as linhas traçadas para a viabilização dessas metas deverão ser

enquadradas com respeito pela natureza de cada uma das áreas de atuação da instituição. Neste caso a área social, a área da saúde e a área do património e da cultura.

➤ **COMPLEXO SOCIAL**

No que diz respeito à componente social, podemos referir que é por intermédio do designado Complexo Social que estas se encontram devidamente enquadradas.

É nesta estrutura da Misericórdia que se encontram concentradas as respostas sociais cujo funcionamento se encontra integrado no âmbito da cooperação com o Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade (MTSSS).

Respostas como a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Centro de Dia (CD), quer da sede, quer da Freguesia de Secarias, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) fazem pois parte do Complexo Social.

Contudo, outras respostas sociais, ou projetos, como a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), as cantinas sociais, o Fundo Europeu de Ajuda a Carentes (FEAC), sem esquecer as distintas parcerias firmadas com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI-NLI) e o Conselho Local de Ação Social (CLAS), são também neste Complexo enquadradas.

Também a Mata das Misericórdias, assim como a Academia Condessa das Canas, em virtude da sua utilização em prol do bem-estar dos utentes da Instituição, são consideradas englobadas no Complexo Social.

Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Centro de Dia das Secarias

As respostas sociais destinadas ao público mais velho, têm uma importância significativa no funcionamento da Instituição, assumindo relevância quer ao nível do volume de serviços prestados e ao nível económico.

Deste modo, torna-se crucial apresentar as principais prioridades para o ano de 2018 para este grupo de respostas sociais.

Remodelação / Requalificação do Complexo Social

Fruto do incêndio que teve lugar no ano de 2016, tornou-se urgente encetar esforços tendo em vista a reabilitação do espaço afetado.

Nesse sentido, é exetável que no início do próximo ano **as obras no andar atingido sejam concluídas**, permitindo dessa forma o restabelecimento da funcionalidade plena da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Simultaneamente, outros espaços do Complexo Social deverão continuar a ser alvo de intervenções pontuais, tendo em vista a higienização e remodelação de diversas áreas, com o enfoque na melhoria das condições de estadia e utilização por parte dos utentes das diversas respostas sociais.



Ouro aspeto a ter em devida nota, prende-se com a continuação da substituição dos telhados, os quais em 2017 tiveram como prioridade o andar afetado pelo fogo de 2016.

Caso ocorra a possibilidade de apresentação de uma eventual candidatura a Programa Operacional da Região Centro, ou outro, designadamente ao eixo referente à inclusão social, a Instituição não descurará esse potencial recurso.

Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD):

Ao longo dos últimos anos a Instituição tem procurado apostar na melhoria do **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, nomeadamente através da inclusão de **serviços de saúde ao domicílio e teleassistência**.

No entanto, tal aposta não tem tido o retorno devido da parte do Setor Estado, designadamente através da **majoração na comparticipação em mais 45%, conforme estabelecido** no protocolo bilateral assinado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Por outro lado, o SAD da Misericórdia é uma resposta social que se encontra em funcionamento todos os dias da semana, garantindo, em média, 4 serviços aos utentes, entre alimentação, cuidados de saúde, teleassistência, tratamento de roupas, cuidados de higiene e limpeza habitacional, pelo que, também por este motivo, o Acordo de Cooperação deveria ser reforçado ao nível da comparticipação Estado, o que não tem sucedido, conforme já explanado.

Assim, a Misericórdia **continuará a diligenciar** para que esta resposta social obtenha o reconhecimento desejado e merecido, por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra – ISS,IP.

Relativamente às respostas de ERPI e Centro de Dia, sede e Secarias, a prioridade será a de **manter os níveis de frequência**, concretamente 120 utentes no Lar de Idosos (ERPI), enquanto que na resposta de Centro de Dia a média não deverá ser inferior a 43 utentes na sede, enquanto que no Centro de Dia de Secarias deverão manter-se os 9 beneficiários.

Para que tal suceda, o caminho passa pela manutenção de **um horário prolongado de funcionamento, com jantar incluído, laborando ainda aos fins-de-semana (Centro de Dia sede)**, com o complemento de um **serviço de transporte**.

De destacar ainda, **a articulação entre o Complexo Social e o Complexo Saúde**, para a concretização destas metas, nomeadamente através do contributo da Unidade de Cuidados Continuados que procede a sinalizações para estas respostas sociais vocacionados para o apoio aos mais velhos, tendo por base a ideia de complementaridade.

Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas

A aplicação do Compromisso para a Cooperação, tem assegurado uma ferramenta indispensável à regulamentação das comparticipações no âmbito da rede Solidária, mas de igual modo traduz uma

plataforma de entendimento entre o Setor Estado e Setor Social tendo por base uma parceria efetiva.

Para 2018 perspectiva-se **uma atualização de 1%**, o que continua a ser insuficiente face aos crescimento dos custos decorrentes das obrigações legais e contratuais, quer com colaboradores, quer o próprio Estado.

Manutenção da política de formação / qualificação do pessoal

A aposta na formação é algo crucial na vida da Misericórdia, sendo expeável a manutenção do leque de formação interna, com recursos ao quadro técnico existente na Instituição, sem descurar a possibilidade de recurso a entidades exteriores.

No entanto, esta matéria terá sempre uma estreita ligação à disponibilidade dos recursos, apostando-se numa gestão criteriosa das temáticas a abordar na área formativa, assim como na seleção dos formandos.

Relativamente à certificação no âmbito do EQUAS, esta não foi possível de concluir, especialmente por motivos de ordem económica, sendo expeável o retorno a esta questão quando tiverem reunidas as condições para isso.

Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes

Ocupar os utentes da Instituição será algo que se manterá como prioridade no dia-a-dia das diferentes respostas sociais, na medida em que por meio da oferta de um programa destinado ao desenvolvimento de atividades lúdico-ocupacionais será possível **retardar a perda individual de competências**.

Por outro lado, através de uma equipa dotada de vários profissionais será possível trabalhar diferentes componentes do ser humano, utilizando para esse efeito diversos espaços, com destaque para o Complexo Desportivo – Zé Miguel (campo polidesportivo e piscinas) e a Mata das Misericórdias.

Essas atividades encontram-se inscritas em programação própria e específica conforme documentação anexa, abrangendo não só o Complexo Social, mas de igual modo o Complexo de Saúde.

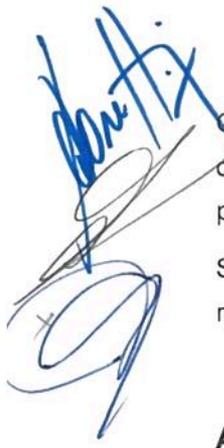
Para além dos passeios temáticos e das comemorações de datas específicas do calendário, serão também levadas a efeito sessões de sensibilização junto dos beneficiários das respostas sociais da Misericórdia, incluindo-se aqui a utilização e **o contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação, música, leitura, teatro, entre tantas outras**.

Centro de Atividades e Tempos livres | Atividades de Animação e Apoio à Família

As respostas de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), bem como a componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), encontram-se instaladas no edifício D. Arminda Sanches que faz parte da EB1 de Arganil.

Para o ano de 2018 a Instituição procurará **alargar o número de crianças** a frequentar as suas respostas, face ao Plano de Atividades de 2017.

Neste caso, a Misericórdia pretende aumentar o número de crianças em CATL, passando das 40 previstas em 2017, para 53.



Quanto às AAAF prevê-se também aqui um crescimento, passando de 28 crianças, para 32, o que, conjugadas as duas respostas, poderá corresponder a um pequeno aumento das receitas daí provenientes, face ao ano de 2017.

Simultaneamente, a Instituição deverá manter a **oferta diversificada de serviços** nestas duas respostas, com especial incidência nos serviços de **apoio ao estudo e Terapia da Fala**.

Academia Condessa das Canas

Ano após ano, a antiga escola do Paço Grande vai ganhado o brilho que já teve, fruto de uma **gradual recuperação do espaço**.

Apesar do esforço da Instituição para a recuperação desse emblemático edifício, esta ainda não se encontra completamente restaurado, algo que se prevê concluir-se em 2018.

O entanto, pode-se afirmar que o Orfeon Maestro Alves Coelho tem já aí o seu local de funcionamento, o que permite dizer que a Academia Condessa das Canas já funciona na escola do Paço Grande.

Orfeão Maestro Alves Coelho

O Orfeão Maestro Alves Coelho ocupa na atualidade um lugar de destaque na divulgação cultural da Misericórdia e da própria região, desejando-se a manutenção de uma agenda de atuações locais e regionais.

Para o ano vindouro o Orfeon irá responder a alguns convites que lhe foram direcionados, assim como receber outros grupos do género, através do apoio logístico da instituição.

Mata e Jardim

Depois da destruição da maior parte da floresta no concelho de Arganil e da Beira Serra, com especial incidência na Mata da Margaraça, **a Mata das Misericórdias ganha especial relevo no espaço natural da Serra do Açor, na medida em que passou a ser um dos últimos ecossistemas com espécies autóctones**.

A este propósito os viveiros da Mata deverão servir a comunidade, contribuindo com algumas espécies destinadas a **ações de reflorestação**, em conjunto com diversas entidades.

Por outro lado, a questão da proteção e segurança da Mata, designadamente contra incêndios, ganha especial atenção, nomeadamente através da **aquisição de maquinaria** destinada à limpeza daquele espaço natural de maior envergadura, sem esquecer a continuidade da operação de limpeza de estradões e manutenção de aceiros de proteção.

Para o próximo ano espera-se ainda, a **manutenção, limpeza e embelezamento da Mata e dos jardins circundantes, prevendo-se dar continuidade ao alargamento da Rua das Misericórdias**.

A **enxertia dos pinheiros mansos** será outra preocupação, tendo em vista a rentabilização da plantação existente e que, ao tempo, representou perto de 1000 árvores plantadas.

A Misericórdia prosseguirá também, a dinamização de processos de reflorestação recorrendo a espécies de folha caduca dos seus viveiros, designadamente nas áreas da Mata mais despovoadas e, por isso,

sujeitas a maior risco.

A eventual implementação da exploração de alguns produtos, como são o caso dos pinhões, ou de aguardente de medronho, não deixará de ser considerada como uma eventual fonte de receitas destinada a contribuir para a sustentabilidade da Mata das Misericórdias.

Centro Ambiental - Preservação de espaços / Realização de Eventos

Tendo em vista valorizar e manter os espaços existentes na Mata das Misericórdias, designadamente o largo dos antigos alunos do Externato Alves Mendes, as Ruas das Misericórdias, das Freguesias, dos inúmeros largos, do percurso dos poetas, do circuito de manutenção, saúde e bem-estar, das charcas e cascatas, dos anfiteatros ao ar livre, do bungalow, do espaço dos Lions e das escolas, entre tantas estruturas, a Instituição **manterá a sua política de disponibilização dos mesmos para a realização de diversos eventos**, sejam eles da responsabilidade da Misericórdia, sejam eles de outras entidades.

Neste contexto o Agrupamento de Escolas de Arganil, ocupa lugar privilegiado, uma vez que poderá recorrer a este magnífico espaço para a prática do desporto escolar e do estudo da flora e fauna existentes.

Outros Projetos de Intervenção Social | RLIS

A **Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, terá continuidade no próximo ano, através da manutenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

A equipa, composta por 3 elementos técnicos, dará apoio às diferentes comunidades, socorrendo-se de 9 gabinetes de atendimento, resultantes de parcerias firmadas com Instituições com sede em: Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Cepos, Coja, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e Secarias.

Apesar de terem já sido estabelecidos protocolos de cooperação nas mais diversas áreas, que vão desde o apoio técnico, com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e a prestação de cuidados de enfermagem, com a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra, será expetável o alargamento dessa rede de parceiros, através da **introdução de eventuais gabinetes de saúde curativa, temática a desenvolver no âmbito do Complexo de Saúde**.

Não podem ainda ser esquecidas outras parcerias de trabalho, nomeadamente a participação da Instituição no Conselho Local de Ação Social (CLAS), a par do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil, para além da colaboração prestada, através de 3 técnicos, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ).

Uma referência especial ao Programa das Cantinas Sociais, o qual estava previsto para terminar em 2017, mas que, por força da conjuntura social se manteve até ao final desse ano.

No entanto, se for possível, a Instituição irá procurar manter esta resposta em 2018, articulando-a com a introdução do **Fundo Europeu de Apoio a Carentes (FEAC), através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAMPC)**.

No âmbito desse programa foi aprovada candidatura apresentada pela Misericórdia de Arganil, tendo como território, para além do concelho de Arganil, os concelhos de Vila Nova de Poiares e Penacova, num total de 191 beneficiários.



De realçar que a **Misericórdia de Arganil assume o papel de entidade coordenadora**, sendo que as congéneres dos outros dois concelhos integram este projeto como entidades mediadoras.

Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional

Tendo em conta a importância para a Misericórdia desta temática, é objetivo da Instituição manter a sua colaboração **institucional, através do seu Provedor, a par da assessoria técnica**, quer a nível regional quer a nível nacional, por meio do seu Diretor Geral.

Esta colaboração ativa, tem contribuído, decisivamente, para a projeção da Instituição no seio das Misericórdias Portuguesas, ao mesmo tempo que possibilita o seu reforço de competências internas e externas.

Sala de Snoezelen - Dr. Armando Dinis Cosme

Este equipamento tem assegurado uma resposta inovadora no concelho de Arganil, sendo hoje utilizado pelos mais jovens e pelos mais velhos.

A Sala de Snoezelen - Dr. Armando Dinis Cosme, tem-se afirmado como um recurso interno, complementando diversas áreas de atuação como a terapia da fala, a reabilitação e a estimulação sensorial, designadamente junto de crianças com necessidades educativas especiais, devendo manter a sua vocação de apoio à comunidade.

Apresentação Candidatura Plataforma Informática de Gestão - Quadro

Comunitário

Não tendo sido possível a concretização de uma candidatura aos fundos comunitários, destinada ao desenvolvimento da plataforma de gestão, é exetável que tal venha a ser concretizado em 2018.

Não obstante, ao longo de 2017 foi desenvolvida a estrutura de funcionamento desta plataforma, em conjunto com a União das Misericórdias Portuguesas, o que se espera venha, num futuro muito próximo, auxiliar nos processos de decisão ao nível da gestão.

Participação na constituição Grupo para a Economia Social

Ao longo dos últimos anos, com especial incidência na última década, a Economia Social tem crescido significativamente, o que acarretou diversas adequações do seu enquadramento, quer jurídico, quer funcional.

Por outro lado, os últimos anos têm sido marcados por uma crise económica e social que abalou as bases do chamado Modelo Social Europeu, o que obrigou as Instituições da Economia Social a encontrarem novas formas de sustentabilidade e afirmação.

Nesse sentido, diversas entidades, como o caso das Misericórdias, têm vindo a procurar concentrar as suas fontes de financiamento e receita, o que tem dado origem a movimentos de convergência de interesses, tendo por base os mesmos valores e princípios.

Assim, a Instituição irá procurar integrar a **constituição de um Grupo de Financeiro para a Economia Social, composto unicamente por Instituições dessa área e visando desenvolver formas de apoio à sustentabilidade do Setor Solidário.**

Para tal, conta com o enquadramento da União das Misericórdias Portuguesas, assim como da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a par de outras Misericórdias e diversas Mutualidades, nomeadamente a Associação Mutualista Montepio.

➤ COMPLEXO DE SAÚDE

O Complexo de Saúde aglomera as respostas sociais cujo desenvolvimento assenta na comparticipação assegurada pelo Ministério da Saúde, designadamente através da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC). Neste caso, a Unidade de Cuidados Continuados – Hospital Dr. Fernando Vale, a par da Unidade de Medicina Física e Reabilitação.

O projeto de requalificação e remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas, também se enquadra neste setor de atividade da Misericórdia, a par do projeto de constituição dos Gabinetes de Saúde Curativa e da intervenção no campo da saúde mental.

Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale

Para o ano que se avizinha a Misericórdia considera fundamental a renovação dos Acordos de Cooperação / contratos no âmbito do funcionamento desta estrutura da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), e isto porque a 31 de Dezembro de 2017 termina a vigência dos atuais.

Não obstante essa intenção de celebração de novos contratos, a Instituição considera pertinente para o ano que se avizinha **manter os níveis de ocupação superior a 85%** em ambas as tipologias existentes no Hospital Dr. Fernando Valle. Neste caso Média Duração e reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

Essa prioridade é tanto mais importante, na medida em que se mantém constrangimentos locais ao nível dos encaminhamentos por parte dos serviços competentes das estruturas do Estado, apesar da necessidade deste tipo de resposta ser bem visível para os profissionais no terreno.

De igual modo, não podemos deixar de reiterar a **constante preocupação com os atrasos dos pagamentos devidos pelo Estado no âmbito do funcionamento deste equipamento**, especialmente quando se perspetiva os atrasos associados a um processo de celebração de novos acordos de no âmbito do funcionamento desta resposta, como já foi elencado.

Existe ainda a expectativa de desenvolvimento de novo estágio profissional na área farmacêutica, tendo em vista o enquadramento de um novo profissional desta natureza, em face da crescente responsabilidade associado ao circuito do medicamento.

O recurso a outros equipamentos e respostas existentes na Instituição continuará a ser prioritário, na medida em que se torna essencial a partilha de sinergias internas, designadamente ao nível dos encaminhamentos para ERPI, SAD e Centro de Dia, dos utentes que têm alta do Hospital de Cuidados Continuados e pertencem ao concelho de Arganil.



Unidade de Medicina Física e Reabilitação

A Unidade de Medicina Física e Reabilitação encontra-se hoje plenamente integrada na estrutura da Misericórdia, dando desse modo um maior contributo ao funcionamento das diversas respostas que com ela interagem.

A aposta na constituição das turmas de ginástica, mas também na **introdução de novos tratamentos propostos pela respetiva equipa médica**, darão continuidade a um processo de renovação e ampliação do campo de ação deste serviço da Santa Casa.

A este propósito destaca-se a melhoria introduzida pelo recurso à Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme, bem como ao recurso à terapia da fala como área complementar da atuação dos serviços desta Unidade.

Hospital Condessa das Canas

O projeto integrado no âmbito do Programa Modelar II, dotado de um financiamento público aprovado e contratualizado de setecentos e vinte e quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), num total de investimento de dois milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e seis euros e vinte e oito cêntimos (2.187.606,28€), continua a ser uma prioridade para a Instituição.

No entanto, tal projeto **apenas poderá ser desenvolvido quando for possível concretizar a alienação da designada Quinta dos Bons Dias**, sita em Odivelas, Freguesia da Ramada. Algo que ainda não se concretizou à data da redação do presente documento.

Tendo em conta o Plano de Atividades traçado para 2017, havia a expectativa do arranque das obras nesse ano, no entanto, e face aos constrangimentos decorrentes do processo de venda do imóvel citado, tal não veio a ser possível, transitando essa expectativa para 2018.

De salientar, que apesar da natureza dos serviços a prestar nesse projeto corresponder às tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, a Misericórdia poderá equacionar junto da Administração Central o seu aproveitamento para a área da saúde mental ou das demências, atendendo às prioridades do Plano Nacional para a Saúde.

Gabinetes de Saúde Curativos

Face à tragédia que se abateu sobre a nossa região, designadamente o concelho de Arganil, isto no âmbito dos incêndios florestais, a Misericórdia, na sequência de articulação com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), apresentou projeto de constituição de equipas de saúde, assentes no binómio Médico / enfermeiro, para atuar junto das localidades mais afetadas.

A operacionalização no terreno desta equipa assentará na **deslocação dos elementos aos espaços de âmbito social já em funcionamento no território**, sendo que em Arganil a Misericórdia conta com 9 espaços, localizados em número igual de instituições e resultantes de protocolos já existentes.

Desses 9 espaços, 4 deles estão localizados nas zonas mais afetadas pelos incêndios, ou seja: Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e S. Martinho da Cortiça.

Esta equipa, ao abrigo dos respetivos protocolos a celebrar com o Ministério da Saúde, desenvolveria e dinamizaria os gabinetes de saúde curativos, **num esquema de atendimento semanal realizado de 2º**

a 6º, em regime de rotatividade pelos vários espaços referidos.

Sendo que o horário de **atendimento à comunidade seria das 9h às 17h**, repartidos pelo binómio constituído.

Simultaneamente, a equipa recorrerá à **componente de visita domiciliária**, aproveitando a estrutura já existente no terreno de Serviço de Apoio Domiciliário desenvolvido já pela Misericórdia, para reforçar estes cuidados de saúde.

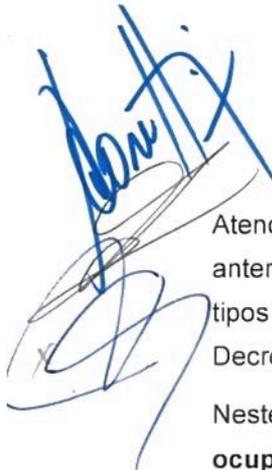
Saúde Mental

A área da saúde mental tem-se imposto como prioritária nos desígnios futuros da Misericórdia, desde logo pela relação que a Instituição tem com o campo da saúde, não só por motivos históricos (o único hospital concelhio pertencente à Misericórdia), mas de igual modo pela evolução recente do paradigma do cuidar associado a diversos públicos-alvo com os quais a Misericórdia trabalha.

Foi essa evolução que conduziu a Instituição a celebrar diversos protocolos com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), representante do Ministério da Saúde, para a implementação dos **Cuidados Primários** junto dos seus utentes, ou mesmo a implementação de uma **Unidade de Medicina Física de Reabilitação** ou, mais recentemente (2006), dos **Cuidados Continuados Integrados**.

Deste modo, a Misericórdia sustenta a sua pretensão ao desenvolvimento de respostas no campo da sua saúde mental nos seguintes aspetos:

- a) É possuidora de experiência no campo da saúde através de diversas respostas, dispondo para o efeito de diversos protocolos com a ARSC, ou outras entidades da esfera do Setor Estado;
- b) Possui um quadro de recursos humanos diversificado e abrangente ao campo da saúde dotado de: Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Nutricionista, Terapeuta da Fala, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Assistentes Sociais, Farmacêutico, entre outros;
- c) Tem projetos aprovados e contratualizados com o Setor Estado no âmbito da saúde (Programa Modelar II) sendo pertinente a sua implementação, de acordo com o princípio de boa gestão dos dinheiros públicos – neste caso uma nova unidade de internamento com 24 mais 12 camas;
- d) Desenvolve já respostas inovadoras no campo do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) que inclui serviços de saúde de proximidade e acompanhamento medicamentoso, para além da teleassistência, associada aos serviços tradicionais;
- e) Tem em funcionamento um conjunto de gabinetes descentralizados que dão cobertura a todo o território concelhio, no âmbito do funcionamento do projeto RLIS-SAAS do qual a Misericórdia é a entidade responsável, representando uma efetiva rede de apoio comunitário, por meio da qual são sinalizados diversos casos e que podem servir como espaço de acompanhamento dos



cidadãos com necessidades no campo da saúde mental, através da presença de profissionais de saúde.

Atendendo ao contexto em que a Misericórdia atua e tendo em conta os aspetos já referenciados anteriormente, considera a Instituição estar dotada de condições para almejar o desenvolvimento dos 3 tipos de respostas preconizadas no Decreto-lei nº 8/2010 de 28 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 22/2011 de 10 de Fevereiro.

Neste caso, são elas: **Equipas de Apoio Domiciliário, Unidades Residenciais e Unidades Sócio ocupacionais.**

No entanto, e atendendo à dimensão temporal de implementação das mesmas, a Misericórdia considera **ter capacidade de arranque com brevidade no âmbito das respostas domiciliárias**, neste particular as **Equipas de Apoio Domiciliário**, face à experiência de que dispõe e aos recursos disponíveis no seu seio.

➤ **PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO**

O Património é hoje um ativo crucial na sustentabilidade da Instituição, assim como a respetiva gestão do mesmo, nesse sentido a **atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação** dos bens da Misericórdia faz parte de um processo contínuo que se manterá em 2018.

Tal gestão do património tem possibilitado o arrendamento dos imóveis, o que representa uma fonte de receitas que ao longo dos tempos tem vindo a ser incrementada, auxiliando a sustentabilidade da Instituição.

A atualização do inventário patrimonial tem possibilitado selecionar os imóveis que refletem uma mais-valia para a Misericórdia, e que por isso deverão ser alvo de valorização, em detrimento daqueles que representam um encargo desnecessário, e por isso sujeitos a alienação.

A título de exemplo o património existente com maior relevo temos:

O edificado dos designados Complexos Social e de Saúde

Quinta dos Bons-Dias (*)

Quinta do Moinho Velho

Bairro da Quinta Nova

Moradia da Alagoa (Arganil)

Habitações da Amadora

Moradia das Torrozelas

Apartamento em Coja

Prédio do Beato

Imóvel na Freguesia de S. Martinho da Cortiça

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

*** Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral**



Constituído que foi o Grupo de Trabalho para analisar o conceito que se pretende para o edifício, os trabalhos do mesmo encontram-se suspensos, visto que o estado do imóvel à data da sua receção, é bastante pior do que quando foi entregue em 2008 à autarquia.

Sobre esta matéria, em devido altura, a atual Mesa Administrativa deliberou avançar com ação judicial, tendo em vista a indemnização da Misericórdia por parte da Câmara Municipal devido à degradação do imóvel em causa, em face do relatório de avaliação do estado do edifício.

No entanto, tal ação não avançou em 2017 em virtude deste ser um ano de eleições autárquicas, pelo que a Instituição não pretendeu influenciar tal processo ou ser incompreendida.

A Misericórdia renova pois, os votos **para que a Câmara Municipal tenha a sensibilidade para não deixar de fora o Cineteatro Alves Coelho**, tendo em conta uma eventual recuperação integrada na reabilitação urbana projetada para o centro da vila, avançando para o diálogo com a Instituição.

Mantém-se ainda, a expectativa sobre o posicionamento da Junta de Freguesia de Arganil sobre esta matéria, uma vez que, até ao dia de hoje, nunca o fez. Algo que se estranha, atendendo à importância do edifício para todos os arganilenses.

➤ ORÇAMENTO

Preparar um orçamento implica capacidade para a realização de projeções sobre os eventuais cenários em que a Instituição irá desempenhar a sua missão, de acordo com uma determinada dimensão temporal. Neste caso, com especial incidência nos próximos 12 meses.

Deste modo, um orçamento é sempre uma ferramenta de gestão com uma significativa dose de erro, caso as condições sobre as quais ele é elaborado sejam alteradas de forma significativa e inesperada.

Não obstante, a Misericórdia definiu um orçamento em linha com as metas que pretende concretizar, na expectativa de que a componente económico-financeira seja correspondente às necessidades decorrentes dos objetivos que definiu como prioritários.

À semelhança do orçamento para 2017, **a concretização de receitas extraordinárias decorrentes da venda de património, será crucial para o arranque de projetos** como o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas.

Sendo extraordinárias, não se encontram inseridas no orçamento de suporte ao funcionamento corrente da Instituição, antes sim no suporte ao investimento preconizado, o que revela o carácter cauteloso deste instrumento de apoio à gestão.

Face a isto, a Instituição tem como expectativa, ponderados os rendimentos e os gastos previstos, um resultado positivo de mil, setecentos e vinte e quatro euros (1.724,00€).

Rendimentos

Ao nível dos rendimentos previstos para o próximo ano não se esperam grandes oscilações, face ao orçamento anterior. Prevendo-se um total de receitas cifrado em dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trinta e quatro euros (2.695.034,00€), o que representa um decréscimo de 1,38%, correspondente a uma redução de trinta e sete mil, setecentos e onze euros (37.711,00€).

No campo do património religioso, existem diversos artefactos, nomeadamente as bandeiras processionais, a cruz da instituição e diversas relíquias.

Quanto ao edificado existe Igreja, imóvel classificado de interesse concelhio, do qual faz parte o seu órgão de tubos e a Via Sacra aí exposta.

Em relação à componente desportiva, destaque para o **Complexo "Zé Miguel"**, com o seu polidesportivo e as piscinas. Estas últimas deverão ser intervencionadas para a sua adequação às normas da acessibilidade, o que dependerá das condições financeiras existentes para esse fim.

Todos estes equipamentos estão ao serviço dos beneficiários da Instituição (utentes) assim como da comunidade arganilense, socorrendo-se deles diversas entidades parceiras, como são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Agrupamento de Escolas de Arganil, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

De igual modo, não poderemos esquecer outros espaços e recursos móveis como:

- Autocarro de 23 lugares
- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas

Feira do Mont'Alto

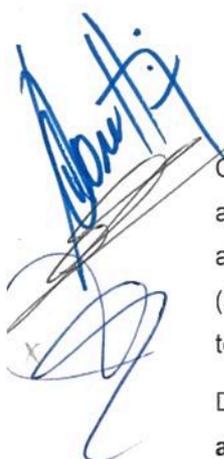
Apesar do protocolo de cedência da organização da **Feira do Mont'Alto** à Câmara Municipal de Arganil se encontrar em vigor, não podemos esquecer a existência de um conflito que se prende com a realização de escritura justificativa do terrado da feira, como aliás foi sobejamente explanado em documentos anteriores do mesmo género.

Sobre esta matéria a Instituição irá manter a devida atenção, na expectativa que o novo executivo municipal tome consciência do erro anteriormente praticado e que proceda com **respeito pelo património da Misericórdia, através da respetiva correção da escritura**, assegurando o direito de usufruto por parte da Misericórdia do Terrado da Feira nos dias designados para o certame.

Caso contrário, a Misericórdia terá que socorrer-se dos mecanismos legais para repor a verdade.

Cine-teatro Alves Coelho

Depois do tribunal ter considerado ter sido a Câmara Municipal a única responsável pelo incumprimento do contrato assinado em 2008 com a Misericórdia sobre a questão do Cineteatro **Alves Coelho**, existem redobradas expectativas para que o novo executivo municipal retome as negociações sobre esta matéria.



Contudo, esta rubrica (63) deve ser encarada com grande cautela, pois apesar de estipular uma atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) de quinhentos e oitenta euros (580,00€), e uma taxa de absentismo de 10%, graças à redução da média de idades dos colaboradores do sexo feminino (fecundidade), qualquer mudança no ACT das Misericórdias ou oscilações superiores à previsão do SMN terá de imediato impactos na Instituição.

De realçar ainda, que os gastos com o pessoal terão que ter associada a **manutenção da política de ajuste dos horários de trabalho**, com respeito pelas normas legais, e a **reorganização de serviços**, tendo em vista a acomodação dos custos resultantes da atualização do SMN.

A redução dos gastos nas contas 61, 63 e 64, possibilitarão suportar o aumento de custos na conta 62, fornecimento de serviços externos, em mais 0,94%, ou seja cinco mil, seiscentos e vinte e seis euros (5.626,00€) e na conta 68, outros gastos e perdas, com mais nove mil, novecentos e quarenta e três euros (9.943,00€).

No que concerne aos investimentos previstos eles serão os seguintes, reunidas as condições para esse efeito:

Investimentos

À semelhança do ano anterior a Misericórdia mantém um quadro de investimento significativo e bastante ambicioso, decorrente do atraso da execução de projetos de maior monta relativos ao ano de 2017 e que, por ausência da concretização de algumas operações de alienação, não produziram os capitais necessários à efetivação dos mesmos, transitando dessa forma para o próximo ano.

A Instituição estabelece no quadro dos investimentos um valor global de setecentos e sessenta e um mil euros (761.000,00€), distribuídos por vários equipamentos, edifícios e investimento financeiro.

Contudo, e à semelhança do ano de 2017, a realização da totalidade deste montante de investimento **dependerá da materialização de receitas extraordinárias**, na medida em que estas serão essenciais à efetivação do investimento pretendido. Nesse particular, destaca-se a operação de venda da Quinta dos Bons Dias.

Por outro lado, uma parte do investimento apresentado não corresponde à totalidade das verbas necessárias para esse efeito, nomeadamente no que respeita à remodelação do antigo Hospital da Misericórdia.

Isto porque, a totalidade da remodelação poderá não ser concluída em 2018, atendendo ao cronograma da empreitada, pelo que, o valor apresentado corresponde apenas a uma estimativa de gastos contemplando unicamente o ano em causa.

Idêntico tratamento tem o subsídio previsto no âmbito do Programa Modelar II, o qual, apesar de ser superior ao apresentado, apenas foi considerado o proporcional ao montante do investimento privado da responsabilidade da Misericórdia para o ano vindouro.

O esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultantes das operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, será de seiscentos e três mil, oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (603.825,16€).

Outro aspeto a reter relaciona-se com a questão do Cineteatro Alves Coelho, na medida em que apesar

Uma vez que a elaboração do orçamento para 2018 recorre ao histórico do corrente exercício (até Setembro), o que permite uma visão realista da situação, é possível explicar a redução de rendimentos tendo por base algumas das rubricas.

Não obstante essa redução estimada, a componente resultante do Setor Estado prevê um crescimento de cerca de 1%, ou seja, mais catorze mil, cento e trinta e três euros (14.133,00€).

Neste particular, prevê-se a atualização em 1% dos valores dos Acordos de Cooperação, face a 2017, bem como a introdução do POAMC/FEAC, num total de vinte três mil, cento e trinta e um euros (23.131,00€).

Por outro lado, na componente da relação com o Estado, a Instituição tem a expectativa de um desempenho positivo das diversas respostas sociais contratualizadas.

Relativamente à conta 72, Prestação de serviços, e à conta 78, outros rendimentos, estima-se uma redução, isto em comparação com o orçamento de 2017.

Deste modo, na conta 72 a redução global poderá ser de 1,69%, com especial incidência no valor previsto para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (Fisioterapia) que apresenta um valor de cento e vinte e quatro mil, trezentos e noventa euros (124.390,00€).

A este propósito deve ser referido que a projeção para 2017 teve por base a média dos últimos 5 anos, enquanto que para 2018 a previsão realizada partiu do histórico até Setembro do exercício ainda em curso.

Em relação à conta 78, Outros Rendimentos, a redução combinada poderá atingir trinta e dois mil, novecentos e setenta e quatro euros (32.974,00€), devido à redução das receitas das rendas (conta 787), isto porque esta rubrica já não contempla as rendas provenientes da Clifiargus, a par da quebra das receitas dos subsídios ao investimento, correspondendo, simultaneamente, a uma diminuição do peso das amortizações.

Quanto aos gastos eles foram os seguintes.

Gastos

Em relação aos gastos estimados para o exercício de 2018, a Instituição considerou uma redução, face ao orçamento de 2017, de 1,38%, neste caso, menos trinta e sete mil, setecentos e quarenta e quatro euros (37.744,00€), em linha com a projeção feita para as receitas.

Foi pois, considerado um total de dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e dez euros (2.693.310,00€).

O decréscimo do montante dos gastos é suportado ao nível da conta 61, Custo de Mercadorias e Matérias consumidas, com uma redução, face ao orçamento de 2017, de 6,37%, correspondendo a menos vinte e quatro mil e setenta e cinco euros (24.075,00€).

De igual modo, a conta 64, referente à rubrica das amortizações, teve um decréscimo de 16,91%, estimado em catorze mil, oitocentos e dezoito euros e trinta (14.818,00€), resultado da redução do peso contabilístico desta componente, face ao ciclo de deterioração/pagamento dos investimentos.

Outra componente que contribuiu em termos orçamentais, para a previsão de uma redução da despesa, foi o pessoal. Neste caso, os gastos apresentam uma projeção de menos 0,67%, como reflexo do histórico de 2017, ou seja, menos dez mil, seiscentos e quarenta e dois euros (10.642,00€).

de ser orçamentado no campo dos investimentos um valor de cem mil euros (100.000,00€) este estará dependente do apuramento de responsabilidades em relação ao estado de devolução do imóvel, assim como a eventuais negociações com a edilidade camarária.

Apresentado o Plano de Atividades e Orçamento para 2018, o Presidente da Mesa da Assembleia geral colocou o mesmo a discussão, tendo sido registada a intervenção do irmão Luís Gomes.

No uso da palavra o irmão Luís Gomes manifestou o seu agrado pela apresentação documental e visual do referido documento, o qual se mostrou muito exaustiva e pormenorizada, solicitando depois esclarecimentos ao nível dos gastos realizados com a rúbrica do pessoal, assim como a dependência existente em relação ao Estado.

Ainda no uso da palavra questionou sobre a eventual existência de dívidas junto de fornecedores ao nível do exercício em curso.

Uma vez que estas questões se enquadram mais na componente do exercício de 2017 e que este apenas será alvo de análise e discussão na Assembleia Geral de Março de 2018, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, propôs que eventuais esclarecimentos sobre estas matérias transitassem para o último ponto da ordem de trabalhos, ou seja em outros assuntos.

Não tendo havido qualquer objeção a esta solicitação por parte de toda a Assembleia Geral, deu-se continuidade à discussão do Plano de Atividades e Orçamento.

Não se tendo verificado qualquer outro registo de intervenção para pedido de esclarecimento ou análise, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou à Presidente do Conselho Fiscal / Definitório, D. Lisete Jorge, para proceder à leitura do respetivo parecer desse órgão e que a seguir se transcreve.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 14 de Novembro de 2017, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Instituição, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades / Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2018.

Ponderado o documento em apreço e obtidos os esclarecimentos julgados necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, o Conselho Fiscal considerou de relevância os seguintes objetivos elencados:

- 1. Reforçar as parcerias com o Setor Estado;**
- 2. Continuar os esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social;**
- 3. Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto;**
- 4. Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores;**
- 5. Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas;**

- 
6. Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho;
 7. Manter a oferta de uma agenda cultural e artística;
 8. Promover a Sustentabilidade da Misericórdia;
 9. Valorização do Património.

O Conselho Fiscal / Definitório entendeu pois, atribuir concordância ao Plano de Atividades / Ação para o ano de 2018, procedendo à análise das respetivas previsões económicas para o ano que se aproxima.

No campo económico as estimativas preveem um total de rendimentos no valor de dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trinta e quatro euros (2.695.034,00€).

Em relação aos gastos estimados para o exercício de 2018, a Instituição considerou uma redução, face ao orçamento de 2017, de 1,38%, neste caso, menos trinta e sete mil, setecentos e quarenta e quatro euros (37.744,00€), em linha com a projeção feita para as receitas.

Foi pois, considerado um total de dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e dez euros (2.693.310,00€).

Face a isto, a Instituição tem como expectativa, ponderados os rendimentos e os gastos previstos, um resultado positivo de mil, setecentos e vinte e quatro euros (1.724,00€).

De realçar ainda, que os indicadores utilizados para a elaboração do Orçamento levaram em linha de conta o histórico acumulado a Setembro de 2017, assim como uma projeção tendo como base uma taxa de inflação de 1,5% prevista pelo Banco de Portugal.

O Conselho Fiscal / definitório verificou ainda, no campo dos rendimentos, o recurso a indicadores como o número médio de utentes, e a eventual atualização dos acordos de cooperação com o setor Estado em cerca de 1%, em linha com os últimos anos.

No campo dos investimentos a Instituição apresenta um valor global de setecentos e sessenta e um mil euros (761.000,00€), distribuídos por vários equipamentos, edifícios e investimento financeiro.

Verificou-se ainda, que realização da totalidade deste montante de investimento **dependerá da materialização de receitas extraordinárias**, destacando-se a operação de venda da Quinta dos Bons Dias.

Para além disso, uma parte do investimento apresentado não corresponde à totalidade das verbas necessárias para esse efeito, em particular no que respeita à remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas.

Isto porque, a totalidade da remodelação poderá não ser concluída em 2018, atendendo ao cronograma da empreitada, pelo que, o valor apresentado corresponde apenas a uma estimativa de gastos contemplando unicamente o ano em causa.

Também o subsídio previsto no âmbito do Programa Modelar II, o qual, apesar de ser superior ao apresentado, mereceu o mesmo tratamento, neste caso foi considerado o proporcional ao montante do investimento privado da responsabilidade da Misericórdia para o ano vindouro.

Quanto ao esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultarão das operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, estimando-se em seiscentos e três mil,

oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (603.825,16€).

De igual modo, a questão do Cineteatro Alves Coelho terá que ser encarada com cautela, apesar de estar orçamentado para este edifício um valor de cem mil euros (100.000,00€), este estará dependente do apuramento de responsabilidades em relação ao estado de devolução do imóvel, assim como a eventuais negociações com a edilidade camarária.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal concluiu, que as estimativas realizadas mostram-se consentâneas com a realidade e adequadas aos objetivos definidos pelo que, deliberou, **por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de Ação e Orçamento para 2018, sugerindo a aprovação em Assembleia Geral, reconhecendo, desde já, o esforço da Mesa Administrativa e serviços técnicos na boa elaboração dos documentos, para os quais solicita a aprovação de um voto de louvor pelo trabalho realizado.**

Arganil, 14 de Novembro de 2017

O Conselho Fiscal

Após a leitura do Parecer favorável do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação, e em minuta, quer o Plano de Atividades e Orçamento para 2018, assim como o parecer, salientando que este inclui um voto de louvor à Mesa Administrativa e aos serviços da Instituição.

Colocados ambos os documentos a votação estes foram amplamente aprovados sem qualquer voto contra e objeto de aplauso pela Assembleia Geral, assim como respetivo voto de louvor, tendo-se registado apenas duas (2) abstenções na votação.

Neste caso, as abstenções foram do irmão Luís Gomes e do irmão Fernando Brandão.

Uma vez que o irmão Fernando Brandão é o atual Secretário da Mesa Administrativa, tendo anteriormente aprovado em sede de reunião desse órgão o documento trazido agora à Assembleia Geral, e sobre o qual não se verificou qualquer alteração, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu esclarecimentos junto do mesmo sobre aquela posição de abstenção.

No entanto, e para que fique registado em ata, não obteve qualquer esclarecimento sobre a referida posição, tendo sido advertido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral de que em sede do órgão - Mesa Administrativa - continuava a ser responsável pelo documento em causa.

3. Deliberação sobre proposta de alienação dos prédios sitos:

No âmbito da discussão do terceiro ponto da ordem de trabalhos solicitou a palavra o irmão Luís Gomes para referir que a "venda dos imóveis em causa deveriam ter um valor de referência para que se procedesse à respetiva autorização, algo que não se encontra inscrito na convocatória".

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Diretor Geral o qual esclareceu que o ponto 3, composto pelos subpontos 3.1 e 3.2, "são referentes a pedidos de autorização de alienação, tendo por base duas propostas apresentadas pela Mesa Administrativa que se encontram na documentação disponibilizada e que passarão a ser apresentadas."

Salientou de igual modo, "que não existe qualquer proposta formal de compra, pelo que o pedido de autorização irá permitir colocar no mercado os imóveis, nos termos das propostas a apresentar e a votar,



sendo que, ambos os imóveis têm inscrito um valor de referência, neste caso determinado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.”

Caso a Assembleia Geral autorize estas operações, “a Mesa Administrativa procederá a um pedido de avaliação dos imóveis a perito ou empresa autorizada, como aliás é prática na Instituição, tendo em vista obter um valor comparativo face ao mercado, e só posteriormente procederá á efetiva venda dos imóveis.”

Mais disse, que “os imóveis em causa, representam, ou um custo tendo em vista a sua recuperação e cujo montante ultrapassa o valor patrimonial, neste caso o imóvel descrito no subponto 3.1, ou não refletem qualquer rendimento, como é o caso do imóvel descrito no subponto 3.2, o qual se insere numa zona devastada pelos recentes fogos”.

Obtidos os esclarecimentos necessários e tendo o irmão Luís Gomes concordado com o teor das explicações, foram apresentadas as propostas da Mesa Administrativa e que a seguir se transcrevem, relativamente a cada um dos subpontos.

- 3.1 Travessa de S. Jerónimo, nº 13, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1676, e na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº1533/20080523, que não se encontra em propriedade horizontal, composto por seis apartamentos divididos por três andares, de utilização independente;

PROPOSTA DE ALIENAÇÃO

Identificação: *Prédio urbano sito na Travessa de S. Jerónimo, nº 13, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1676, e na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº1533/20080523, que não se encontra em propriedade horizontal, composto por seis apartamentos divididos por três andares, de utilização independente;*

O prédio supra identificado veio à posse da Instituição por testamento de Augusto Simões Gouveia, de Folques, tendo o testamentário falecido em 20 de abril de 1977.

Sendo um prédio de construção antiga e bastante degradado, localizado na freguesia de Alcântara – Lisboa e com o valor patrimonial de 152.600,00€, conforme avaliação da Autoridade Tributária e Aduaneira, composto por três andares, divididos em direito esquerdo, foi já esta Instituição sido contactada pela Câmara Municipal de Lisboa para proceder a obras de recuperação do imóvel, implicando a remodelação do seu interior (colocação placa, portas, janelas, pinturas, sistema elétrico, canalização, etc), estruturas e fundações, que podem orçar um valor estimado total de 169.917,00€, de acordo com informação do Arquiteto Carlos Fragueiro, inscrito na respetiva ordem com o n.º 12826.

Deste modo, e na prossecução dos seus fins Compromissórios, o recurso à alienação de património imóvel é feito no sentido de apoio ao financiamento à atividade principal da Misericórdia, nomeadamente de ação social.

Nesse sentido, a alienação do mesmo artigo, cumpridos os requisitos inscritos na alínea g) do nº 1 do artigo 21º do Compromisso desta Irmandade, apresenta-se como a melhor solução para a rentabilização deste património específico, solicitando-se a respetiva autorização para a respetiva venda, bem como os poderes necessários à concretização de eventual negócio com potenciais interessados, sejam eles particulares ou entidades coletivas, autorizando, desde já, a negociação direta, ou o recurso a agência imobiliária.

Arganil, aos 10 de Novembro de 2017

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)



Após a leitura e apresentação da proposta apresentada pela Mesa Administrativa, previamente aprovada por unanimidade pelo referido órgão, em reunião de 10 de Novembro de 2017, foi lido o parecer do Conselho fiscal /Definitório, o qual foi favorável, propondo um voto de louvor à Mesa Administrativa. (uma vez que o parecer do Conselho Fiscal / Definitório incide sobre os pontos 3 e 4 da ordem de trabalhos este será transcrito no ponto 4 da ordem de trabalhos).

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção sobre esta matéria o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação e em minuta o subponto 3.1, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de alienação do Prédio urbano sito na Travessa de S. Jerónimo, nº 13, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1676, e na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº1533/20080523, que não se encontra em propriedade horizontal, composto por seis apartamentos divididos por três andares, de utilização independente, nos termos apresentados pela Mesa Administrativa e após a respetiva solicitação de avaliação por parte desta.

3.2 Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, descrito na matriz predial urbana som o artigo nº 624, e na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº1401/19940330, composto por casa de habitação com dois andares, dependência e logradouro;

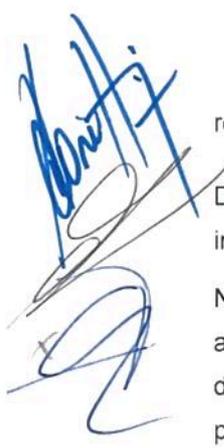
Passado ao subponto 3.2 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a apresentação da Proposta da Mesa Administrativa, previamente disponibilizada aos Irmãos, sobre o imóvel inscrito neste item e que se passa a transcrever.

PROPOSTA DE ALIENAÇÃO

Identificação: *Prédio urbano sito no Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 624, e na Conservatória do registo Predial de Arganil sob o nº1401/19940330, composto por casa de habitação com dois andares, dependência e logradouro;*

O prédio supra identificado veio à posse da Instituição por doação de Maria Alice Marques, através de escritura de doação datada de 9 de novembro de 2016, tendo a respetiva doadora falecido em 25 de fevereiro de 2017.

Sendo um artigo cujo valor patrimonial atribuído pela Autoridade Tributária e Aduaneira é de 22.030,00€, localizado fora do perímetro urbano da freguesia de arganil e composto por um imóvel descrito como casa de habitação que se encontra a carecer de obras de restauro, não representando qualquer fonte de



rendimento para a Santa Casa, propõe-se a respetiva alienação.

Deste modo, e na prossecução dos seus fins Compromissórios, o recurso à alienação de património imóvel é feito no sentido de apoio ao financiamento à sua atividade de ação social.

Nesse sentido, a alienação do mesmo artigo, cumpridos os requisitos inscritos na alínea g) do nº 1 do artigo 21º do Compromisso desta Irmandade, apresenta-se como a melhor solução para a rentabilização deste património específico, solicitando-se a respetiva autorização para a respetiva venda, bem como os poderes necessários à concretização de eventual negócio com potenciais interessados, sejam eles particulares ou entidades coletivas, autorizando, desde já, a negociação direta, ou o recurso a agência imobiliária.

Arganil, aos 10 de Novembro de 2017

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Após a leitura e apresentação da proposta apresentada pela Mesa Administrativa, previamente aprovada por unanimidade pelo referido órgão, em reunião de 10 de Novembro de 2017, foi lido o parecer do Conselho fiscal /Definitório, o qual foi favorável, propondo um voto de louvor à Mesa Administrativa. (uma vez que o parecer do Conselho Fiscal / Definitório incide sobre os pontos 3 e 4 da ordem de trabalhos este será transcrito no ponto 4 da ordem de trabalhos).

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção sobre esta matéria o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação e em minuta o subponto 3.2, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de alienação do Prédio urbano sito no Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 624, e na Conservatória do registo Predial de Arganil sob o nº1401/19940330, composto por casa de habitação com dois andares, dependência e logradouro, nos termos apresentados pela Mesa Administrativa e após a respetiva solicitação de avaliação por parte desta.

4. **Deliberação sobre proposta de compra, alienação, ou permuta, do artigo matricial urbano n.º 7221, sito na Rua Octaviano Augusto, n.º 3, da União de Freguesias de Carcavelos e Parede, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o registo n.º 3461/20061221;**

No âmbito da apresentação do quarto ponto da ordem de trabalhos foram dados os devidos esclarecimentos, por parte do Provedor da Misericórdia, designadamente que a proposta apresentada pela Mesa Administrativa se destina à obtenção de autorização para comprar, alienar ou permutar, conforme a modalidade que melhor servir os interesses da instituição, tendo em conta que o imóvel em causa tem mais que um proprietário, sendo difícil agilizar um conjunto de procedimentos inerentes à gestão dos espaços em causa.

Prestados os esclarecimentos necessários o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, solicitou a leitura da proposta da Mesa Administrativa e que a seguir se transcreve e que foi previamente disponibilizada aos Irmãos.

PROPOSTA DE COMPRA, ALIENAÇÃO OU PERMUTA

Identificação: *Prédio urbano sito na Rua Octaviano, nº 3, na Parede, União de Freguesias de Carcavelos e Parede, concelho de Cascais, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 7221, e na 1ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o nº3461/200661221, composto por casa de habitação com quatro pisos;*

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é legítima proprietária de ¼ do imóvel acima identificado, por força de doação de Fernanda Augusta Martins do Rosário Castanheira.

Nesse sentido, e resultante da existência de vários coproprietários, a gestão do referido imóvel tem padecido de alguns constrangimentos, designadamente na afetação das respetivas rendas a cada um dos coproprietários.

Por outro lado, o imóvel não está em propriedade horizontal, o que não facilita todo este processo de gestão.

Face ao exposto, propõe-se à Assembleia Geral a autorização para comprar, alienar ou permutar, junto dos outros coproprietários as partes respetivas, conforme a modalidade que melhor benefício trazer aos interesses da Instituição e mediante avaliação do citado imóvel.

Arganil, aos 10 de Novembro de 2017

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentada a proposta da Mesa Administrativa foi lido o parecer do Conselho Fiscal e que a seguir se transcreve.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas na alínea c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 14 de Novembro de 2017, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Instituição, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre os pontos 3 e 4 da Ordem de trabalhos da convocatória para a Assembleia Geral a realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2017.

Assim, o Conselho Fiscal analisou as propostas de alienação dos prédios sitos:

- (Ponto 3, subponto 3.1) Travessa de S. Jerónimo, nº 13, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1676, e na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº1533/20080523, que não se encontra em propriedade horizontal, composto por seis apartamentos divididos por três andares, de utilização independente;



- (Ponto 3, subponto 3.2) Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 624, e na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº1401/19940330, composto por casa de habitação com dois andares, dependência e logradouro;

E

- (Ponto 4) Proposta de compra, alienação, ou permuta, do artigo matricial urbano n.º 7221, sito na Rua Octaviano Augusto, n.º 3, da União de Freguesias de Carcavelos e Parede, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o registo n.º 3461/20061221;

Apreciados os documentos que fundamentam as respetivas propostas e obtidos os respetivos esclarecimentos junto da Mesa Administrativa, o Conselho Fiscal considerou, por unanimidade, dar parecer favorável às mesmas, partilhando da opinião de que a alienação dos prédios descritos nos subpontos 3.1 e 3.2, será a melhor opção para a salvaguarda dos interesses da Instituição.

O Conselho Fiscal considerou ainda, também por unanimidade, que no ponto 4, deverá ser dada ampla margem de decisão à Mesa Administrativa para, em tempo útil, poder Comprar, vender ou permutar as partes referentes ao imóvel identificado no mesmo ponto, junto dos diferentes coproprietários.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal/ Definitório **sugere a aprovação de todas as propostas apresentadas pela Mesa Administrativa e referentes aos pontos 3 e 4 da convocatória, reconhecendo, desde já, o esforço desse órgão para a escolha da solução que melhor serve e melhor se adequa os interesses da Instituição, solicitando a respetiva aprovação de um voto de louvor pelo trabalho realizado.**

Arganil, 14 de Novembro de 2017

O Conselho Fiscal

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção sobre esta matéria o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação e em minuta o ponto 4, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta da Mesa Administrativa de compra, alienação ou permuta, do Prédio urbano sito na Rua Octaviano, nº 3, na Parede, União de Freguesias de Carcavelos e Parede, concelho de Cascais, descrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 7221, e na 1ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o nº3461/200661221, composto por casa de habitação com quatro pisos.

No âmbito do mesmo ponto foi de igual modo aprovado, por unanimidade, o parecer do Conselho Fiscal, assim como a proposta de voto de louvor nele inscrito e dirigido à Mesa Administrativa.

5. Deliberação sobre proposta de adesão ao Grupo Financeiro para a Economia Social;

Em relação ao quinto ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, solicitou a apresentação da proposta da Mesa Administrativa referente à eventual adesão ao Grupo Financeiro para a Economia Social, salientando ainda, que no âmbito da discussão do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, na componente de investimentos, foi já aprovado um montante de mil euros para a eventual adesão a este mesmo grupo.

No uso da palavra o Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, salientou que este é um projeto que envolve diversas entidades da Economia Social, designadamente Misericórdias, Mutualidades e Cooperativas, visando o desenvolvimento na área bancária de uma maior capacidade de suporte financeiro às instituições do Terceiro Setor.

Acrescentou ainda, que “nos parece ser uma oportunidade de afirmação do Setor Solidário no campo do financiamento, especialmente porque se torna urgente a realização de investimentos de índole social para os quais a banca comercial não está especializada.”

Assim sendo, a Mesa Administrativa propõe a aprovação da adesão/participação a este eventual grupo de acordo com a proposta que a seguir se transcreve (Previamente disponibilizada na documentação colocada a consulta e distribuída aos irmãos).

PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO GRUPO FINANCEIRO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Identificação: *Proposta de autorização para participação da Santa Casa da Misericórdia de Arganil na eventual constituição de Grupo Financeiro para a Economia Social, composto, por instituições que integram a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio);*

As instituições de Economia Social representam hoje um valor a ter em conta no Produto Interno Bruto, mobilizando, anualmente, vários milhões de euros resultantes quer da contratualização com o Setor Estado, quer do desenvolvimento dos seus diversos serviços à comunidade.

Com a recente crise financeira, estas Instituições sofreram sérias restrições no acesso ao crédito, assim como a excedentes resultantes de operações que pudessem desenvolver no âmbito de diversas aplicações que entendessem efetuar.

Ao fim de alguns anos de restrições, torna-se urgente a realização de investimentos em equipamentos, edifícios, bem como bens móveis, sem que tal agrave a tesouraria das instituições no campo das operações diárias.

Nesse sentido, as Instituições da Economia Social, tendo por base o recurso à União das Misericórdias Portuguesas, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, às diversas Santas Casas, à Associação Mutualista Montepio, às Caixas de Crédito Agrícola e Caixas Económicas de Instituições Sociais, poderão integrar um Grupo Financeiro para a Economia Social, beneficiando de sinergias que, em conjunto, poderão dar origem a retorno financeiro destinado à componente social das Instituições, bem como o acesso a financiamento destinado a investimento em áreas fundamentais do funcionamento destas entidades.

Assim, a Mesa Administrativa solicita a devida autorização para conduzir processo de participação neste Grupo Financeiro, respeitando as capacidades institucionais e que, de acordo com orçamento de investimento, estabelece o montante de até mil euros (1.000,00€).



Arganil, aos 10 de Novembro de 2017

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentada a proposta foi solicitada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, previamente disponibilizado para consulta e distribuído aos irmãos, e que a seguir se transcreve.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas na alínea c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 14 de Novembro de 2017, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Instituição, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre o ponto 5 da Ordem de trabalhos da convocatória para a Assembleia Geral a realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2017.

Assim, o Conselho Fiscal analisou a proposta de participação da Misericórdia de Arganil no Processo de Constituição de Grupo Financeiro para a Economia Social, salientando que:

- 1) A Economia Social representa hoje no panorama nacional uma realidade incontornável, traduzida na Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, conhecida por Lei de Bases da Economia Social, a qual foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República;
- 2) As Misericórdias são parte integrante da realidade da Economia Social, representando uma componente muito forte do Setor Social Solidário, com uma história de mais de 500 anos;
- 3) A sustentabilidade das Instituições do Setor Solidário necessita, cada vez mais, da valorização dos instrumentos financeiros, os quais, muitas das vezes, têm dificuldade em perceber uma existência muito específica deste setor de atividade;
- 4) O peso individual de cada uma das instituições que existe na esfera da economia social é, por si só, insuficiente para obrigar ao desenvolvimento na banca tradicional de produtos vocacionados para a área da economia social;
- 5) A junção de esforços em redor de uma plataforma financeira vocacionada para o apoio a projetos de índole social e direcionada para a Economia Social, é o único caminho para o acesso a financiamento a projetos sociais e promotores da sustentabilidade das entidades do Setor Social;

Neste contexto, a eventual criação de um Grupo Financeiro para a Economia Social, composto por diversas Misericórdias Portuguesas, Associações Mutualistas, Caixas de Crédito e, eventualmente, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, representa uma solução no futuro para a sustentabilidade deste setor, parecendo-nos crucial a adesão da Misericórdia de Arganil a este grupo, acautelada a subscrição de valores consentâneos com a capacidade financeira da Instituição.

Nesse sentido, o Conselho Fiscal/ Definitório **sugere a aprovação da proposta de adesão à constituição do Grupo Financeiro para a Economia Social, tendo em vista o reforço do potencial de sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.**



irmãos por parte dos meus colegas Mesários e que a própria Assembleia Geral tem, na prática, ratificado.”

Para os “boatos e maledicência que existe e sempre existiu, eu apenas posso citar algumas das obras de Misericórdia, neste caso espirituais, como é o caso: Dar bons conselhos; Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Perdoar as injúrias e Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo.”

De seguida, solicitou ao Dr. Nuno Gomes, Diretor Geral da Instituição e também irmão da Misericórdia, para que providenciasse os esclarecimentos.

No uso da palavra, o Dr. Nuno Gomes referiu que “em relação à questão da dependência do Estado por parte da Santa Casa este é um assunto recorrente não só nestas Assembleias Gerais, nomeadamente aquando das aprovações das contas dos exercícios, mas também na generalidade das Assembleia Gerais das várias instituições do Setor Social.”

Isto porque, as Misericórdias e também as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm uma ação complementar ao Estado, estabelecendo com ele acordos de cooperação ou contratualizando serviços, conforme os Ministérios envolvidos.

Assim, salientou, “a dependência dos organismos públicos está sempre presente, nem poderia ser de outra forma, por força da cooperação com o Setor Estado. No entanto, e tendo como referência o orçamento para 2018 a previsão do peso deste Setor será de cerca de 49%, sendo que no exercício de 2016 esse peso acabou por ser de 48%, correspondendo à conta 75.”

Referiu ainda que, “apesar da dependência, com base no exercício de 2016, ser de 48% esta percentagem é bastante melhor face a outras instituições locais do campo da economia social. O constrangimento que daqui resulta tem a ver com atrasos nos pagamentos dos serviços prestados pela Instituição, designadamente no campo da saúde, aspeto que condiciona a tesouraria da Misericórdia. Por outro lado, sempre que a Santa Casa coloca ao serviço da comunidade uma nova resposta social que resulta de acordos com o Estado a percentagem das verbas provenientes desse tende a aumentar, como sucedeu com a abertura da unidade de cuidados continuados e como sucederá com a entrada em funcionamento, quando isso suceder, com o Hospital Condessa das Canas”

No que concerne à conta 72 e relativa à prestação de serviços por parte da Instituição, “o que se tem verificado é que na última década esta componente tem vindo a crescer e a consolidar-se. No entanto, esta conta está intimamente relacionada, quer com o número de utentes apoiados, quer com a capacidade económica dos mesmos. Ou seja, se tivermos mais respostas sociais e, conseqüentemente, mais beneficiários, a conta 72 crescerá.”

Contudo, esse crescimento está dependente, também, dos rendimentos dos mesmos beneficiários, pois os acordos celebrados com o Setor Estado impõem escalões para os cálculos da comparticipações dos utentes e das famílias, ora se os rendimentos são baixos a Instituição não pode cobrar mais do que o que está regulamentado e, em muitos dos casos, tem de cobrar abaixo do tabelado, face às dificuldades de muitos beneficiários.”

Salientou ainda que, “se a Misericórdia fosse uma empresa poderia aplicar preços livres, o que não é o caso, pois nas vagas contratualizadas com o Estado tem que aplicar os respetivos normativos e nas outras não pode aplicar qualquer valor, por força do tipo de comunidade em que se insere e dos rendimentos de que esta dispõe.”

Quanto à conta 69 o Diretor Geral frisou que esta corresponde praticamente a despesas de um empréstimo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos e que se destinou à realização das obras

Arganil, 14 de Novembro de 2017

O Conselho Fiscal

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção sobre esta matéria o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação e em minuta o ponto 5, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta da Mesa Administrativa de participação no Grupo Financeiro para a Economia Social, assim como o parecer do Conselho Fiscal.

6. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.

Relativamente ao sexto ponto da ordem de trabalhos, outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao irmão Luís Gomes para que pudesse, se assim o entendesse, expor alguns dos assuntos que considerava pertinentes.

No uso da palavra, o irmão Luís Gomes, começou por referir que “corre na opinião pública local uma descredibilização da gestão da Misericórdia que suscita alguma preocupação”.

Acrescentou, que “essa descredibilização coloca em causa o prestígio da Instituição e que isso lhe provoca apreensão”.

Continuou questionando, “a elevada dependência do Estado ao nível das suas receitas, isto na conta 75, assim como em contraposição, a conta 72 deverá crescer para reduzir essa mesma dependência”.

Outro aspeto que destacou foi ao nível da “conta 69, no que se refere ao pagamento de juros resultantes de empréstimos destinados ao funcionamento da Instituição e que apresentam valores elevados, sendo importante reduzir este impacto, a par do significativo peso com o pessoal, isto já na conta 63”.

Ainda sobre a questão do pessoal inquiriu “se é necessário o atual número de técnicos e outros profissionais e funcionários ao serviço da Instituição”?

Continuou, perguntando “se os valores apresentados na conta 626 e referente a despesas com seguros estão em linha com os valores de mercado e se, atualmente, a Misericórdia tem dívida junto dos seus fornecedores?”.

Por fim terminou sugerindo que “as diversas estruturas da Misericórdia deveriam estar setorizadas para uma melhor identificação do impacto que cada uma delas dá ao funcionamento da Instituição e que não deveriam estar dependentes da figura do Diretor Geral, que deverá apenas centrar-se na execução das políticas definidas pela Mesa Administrativa.”

Após a intervenção do irmão Luís Gomes o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prof. António Carvalhais da Costa, deu a palavra ao Provedor da instituição, Prof. José Dias Coimbra, para responder.

No uso da palavra o Provedor, e antes de uma explicação mais técnica, começou por se congratular “pela presença do irmão Luís Gomes nesta Assembleia, que aliás à vários anos já não via por aqui, que é o local certo para a obtenção de esclarecimentos e exprimir as diferentes opiniões.”

Salientou de igual modo que “a Misericórdia encontra-se bem gerida e que por isso não liga a boatos, especialmente quando se tem uma equipa que me tem acompanhado e aprovado as diferentes linhas de atuação da instituição, conforme atesta a assinatura da diferente documentação que é entregue aos



do Hospital Dr. Fernando Valle, onde funciona a unidade de cuidados continuados, e "por isso, não se destina ao funcionamento diário da Instituição, tendo vindo a ser amortizado mensalmente, motivo pelo qual as despesas nesta rubrica têm vindo a diminuir, conforme é possível verificar ao longo dos últimos exercícios."

A contratualização do empréstimo foi "previamente autorizada pela Assembleia Geral e estabeleceu uma hipoteca associada ao imóvel recuperado, como é normal, sendo a taxa negociada à data da contratualização e ao contexto em que a mesma sucedeu."

No que diz respeito ao pessoal, foi esclarecido que este corresponde genericamente ao exigido pela tutela, ressalvando-se que existe um conjunto de profissionais que estão indexados a projetos específicos e que são por estes pagos, como é o caso da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

Sobre este ponto o Diretor Geral acrescentou ainda, "que ao longo dos últimos tempos temos assistido a uma redução do volume de emprego, fruto da gestão cautelosa da Instituição, sem esquecer que a preocupação da Instituição tem sido a de acautelar a manutenção dos postos de trabalho, tendo em conta que é o maior empregador de direito privado com sede em Arganil, sem colocar em causa a sustentabilidade da Santa Casa."

Por outro lado, comparando o exercício de 2016 com outras instituições locais, verificamos que o peso dos gastos com o pessoal na Misericórdia é inferior.

No que se refere à conta 626 – seguros, "os valores apresentados no último exercício correspondem aos montantes segurados, refletindo os preços de mercado e estão repartidos por duas companhias. Salienta-se ainda, que as mesmas têm tido em consideração a natureza da Instituição, sendo que, por força dos incêndios, uma delas comunicou a intenção de não subir os prémios em alguns dos seguros".

Quanto à questão relativa à existência de dívidas a fornecedores, o Diretor Geral esclareceu que, "uma instituição da dimensão da Misericórdia tem que ter dívidas a fornecedores, da mesma maneira que existem dívidas para com a Instituição. Neste caso, e tendo apenas como referência o mês de Setembro de 2017, e com a devida reserva, pois só no final do exercício será possível apurar com maior exatidão os valores, a Santa Casa tinha cerca de trezentos e cinquenta três mil euros de dívida a fornecedores correntes, e, em contrapartida, tinha a receber cerca de quatrocentos e cinquenta e dois mil euros, conforme dados fornecidos pela contabilidade."

No que diz respeito à setorização das estruturas da Instituição, o Diretor Geral salientou que, "cada uma das respostas sociais e valências têm associado um centro de custos que, anualmente, reflete a sua situação, quer ao nível de despesas, quer ao nível das receitas."

Por outro lado, "a Instituição tem definido um organograma que estabelece os diferentes responsáveis técnicos por cada uma das valências, assim como o canal de comunicação entre a Mesa Administrativa e o Diretor Geral que aplica as decisões desse órgão, pelo que a sugestão feita pelo irmão Luís Gomes já existe e é implementada."

Terminada a intervenção do Diretor Geral, pediu a palavra o irmão Luís Gomes, para salientar "que estou devidamente esclarecido, agradecendo desde já as respostas obtidas."

O Provedor aproveitou a ocasião, e com a devida permissão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para "desejar um Santo e Feliz Natal para todos os irmãos e com votos de que a Senhora das Misericórdias nos proteja a todos e nos dê forças para continuar a servir a Instituição."

Por último o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, alertou "para a

necessidade dos irmãos atempadamente cumprirem com as suas obrigações, nomeadamente o pagamento das quotas”.

Deu ainda nota que, “em próximas convocatórias, sobre esta matéria, terei em maior atenção o previsto na alínea h) do artigo 7º dos Compromissos.”

Não havendo mais nenhuma intervenção dos irmãos presentes, nem mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, despediu-se dos irmãos, expressando “votos de um Santo e feliz Natal”, dando por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos, tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2, 3, 4 e 5 foram aprovados em minuta, entrando de imediato em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

O Vice presidente;

O secretário;



LUIZ CARLOS ESTRELA GARCIA